



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003970-50.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **J Roberto Angelo & Filhos Ltda Me**  
 Requerido: **A.R. de Araújo Comunicações**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**J. ROBERTO ÂNGELO & FILHOS LTDA. ME.** ajuizou ação de **DECLARATÓRIA** c.c. **DANOS MORAIS** contra **A. R. DE ARAÚJO COMUNICAÇÕES (GUIA PLUS)**, alegando, em resumo, que não mantém com a acionada qualquer tipo de relação comercial e não existe qualquer obrigação, de qualquer natureza, a ser discutida. Entretanto, vem recebendo, com constância e regularidade, cobranças por dívida inexistente. Pleiteia a declaração de inexistência de débito, abstenção de novas cobranças e condenação da acionada por danos morais.

A requerida apresentou contestação rebatendo a pretensão inicial. Aduz que o contrato de prestação de serviços de publicidade entre as partes existiu e foi cancelado. Destaca que a multa contratual é devida. Impugnou, ainda, a pretendida indenização moral.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

*“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).*

*“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).*

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito e indenização por danos morais.

Registre-se, por primeiro, que autorizada a conclusão de que se trata de verdadeira relação de consumo, porquanto o serviço prestado pela acionada coloca a autora na posição de destinatária final da publicidade. Em precedente similar, ora invocado como razão de decidir, assim se estabeleceu:

*"APELAÇÃO – Ação declaratória cumulada com pedido indenizatório – Duplicata sacada em razão de serviço de publicidade em lista telefônica – Pedidos improcedentes - Pleito de reforma – Possibilidade em parte – Relação de consumo configurada – Destinatária final da publicidade – Serviço não inserido na cadeia produtiva – Ausência de transformação – Art. 2º, caput, do Código de Defesa do Consumidor – Serviço de lista telefônica – Alegação de erro inverossímil – Manifestação de interesse da autora no serviço disponibilizado – Contrato, na hipótese, válido – Acordo de rescisão – Proposta irrestrita – Pagamento do boleto bancário – Termo de quitação com limitação – Impossibilidade – Inteligência dos artigos 30 e 31 do Código de Defesa do Consumidor – Pagamento que colocou fim ao contrato – Contrato rescindido, débito inexigível - Recurso parcialmente provido. " (TJSP; Apelação 1007596-65.2014.8.26.0248; Relator (a): Claudia Grieco Tabosa Pessoa; Órgão Julgador: 19ª Câmara de Direito Privado; Foro de Indaiatuba - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 09/03/2018; Data de Registro: 09/03/2018).*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**6ª VARA CÍVEL**
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No mérito, o pedido inicial deve ser julgado improcedente.

Apesar da autora negar a existência de qualquer relação jurídica entre as partes, a documentação apresentada pela requerida indica o contrário. Com efeito, os documentos trazidos nas págs. 79/81 apontam que as partes firmaram, em 04.12.2017, contrato de prestação de serviços de publicidade (divulgação e anúncio), logo a seguir cancelado (pág.19, em 06.12.2017). O vínculo entre os litigantes existiu, por breve período. Não há que se falar, portanto, em inexistência de relação jurídica entre as partes, afastando-se, assim, a premissa inicial da autora.

Inviabilizado o acolhimento, assim, do genérico pedido de declaração de inexistência de débito. Não autorizada, também, a deliberação sobre eventuais consequências de referido contrato entre partes, vez que sua existência foi negada pela autora, pena de se malferir a regra do artigo 492, do Código de Processo Civil.

Acrescente-se que as partes foram extremamente econômicas nos esclarecimentos prestados ao juízo sobre a transação havida. A acionada, embora aponte que valores pagos não seriam restituídos ou que a multa rescisória seria devida, não esclareceu quais seriam os valores pagos, nem o valor da multa, nem a disposição contratual que autorizaria a cobrança.

Do mesmo modo, a alegação da autora sobre as cobranças incômodas se faz de forma genérica, sem qualquer indício documental, inviabilizando até que o processo avance a fase probatória. Via de consequência, prejudicada, também, a análise da obrigação de não-fazer, consistente na abstenção de novas cobranças, vez que inviabilizada a análise de eventual abuso.

De todo modo, nesse particular, tem prevalecido o entendimento de que a mera existência de cobrança indevida, à pessoa jurídica, não caracteriza dano moral. Em precedente, assim se estabeleceu:

*"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS IMPUGNADOS NÃO DEMONSTRADA. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE OFENSA À HONRA*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**6ª VARA CÍVEL**

**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*OBJETIVA DA PESSOA JURÍDICA AUTORA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES (ART. 42, § ÚNICO, DO CDC). IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ NA COBRANÇA. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO DESEMBOLSO. RECURSO PROVIDO, EM PARTE" (Apelação 1059639-98.2015.8.26.0100, da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Alfredo Attié, j., 19.07.2018, v.u.).*

*Em suma, o pedido inicial deve ser julgado improcedente.*

Isso posto, **JULGO IMPROCEDENTE** esta ação movida por **J. ROBERTO ÂNGELO & FILHOS LTDA. ME.** ajuizou ação de **DECLARATÓRIA c.c. DANOS MORAIS** contra **A. R. DE ARAÚJO COMUNICAÇÕES (GUIA PLUS)**, para rejeitar o pedido inicial. Sucumbente, responderá a autora pelas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, atualizado.

**P.R.I.**

Araraquara, 24 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**